



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

DECISÃO DO PREGOEIRO AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Pregão Eletrônico nº 05/2024

Processo Administrativo nº 5892/2023

Recorrente: CAMACORP - VISAO GRAFICA LTDA – CNPJ Nº 19.721.291/0001-35

Recorrida: TEIXEIRA IMPRESSAO DIGITAL E SOLUCOES GRAFICAS LTDA – CNPJ Nº 17.615.848/0001-28

Objeto do Recurso: Item 16

Encaminho a presente decisão para apreciação da autoridade superior deste Conselho Regional para análise e julgamento do recurso interposto pela licitante:

CAMACORP - VISAO GRAFICA LTDA, doravante denominada **Recorrente**, contra os atos do Pregoeiro de aceitação e habilitação para o item 16, da licitante TEIXEIRA IMPRESSAO DIGITAL E SOLUCOES GRAFICAS LTDA, ora Denominada **Recorrida**.

1. Dos pressupostos recursais e da tempestividade

Após habilitação da empresa vencedora, ocorrida em 02/05/2024, relativa ao pregão eletrônico nº 05/2024, aberto em 30/04/2024, iniciou-se o prazo para manifestação de intenção de recurso.

A Recorrente manifestou interesse em recorrer, e os pressupostos legais de admissibilidade, quais sejam: tempestividade, legitimidade e motivação, foram atendidos.

Foram apresentadas tempestivamente, via sistema Compras.gov ("Comprasnet"), as razões do recurso.

2. Da razão de recurso

Em síntese, alega a Recorrente em suas razões de recurso que, conforme exigência do Anexo I – Termo de Referência (que equivocadamente foi referenciada de acordo com o Estudo Técnico Preliminar, porém ambos – 6.3.2 do ETP e 4.1.2 do TR possuem o mesmo texto), é necessária a apresentação de certificação conforme diz o trecho:

“ 4.1.2. Além disso, as Contratadas deverão possuir certificado expedido pelo Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (FSC), ou por instituição com atribuições semelhantes em nome da Contratada, atestando o correto cumprimento da legislação ambiental e das práticas sociais e ecológicas, podendo ser solicitado pelo Coren-SP em qualquer tempo. “

Diante desse trecho, a recorrente solicita a “revisão da decisão de habilitação do arrematante e peço a desclassificação do mesmo, caso não apresente o Certificado exigido”.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

3. Da análise do pregoeiro

Em que pese as ações tomadas pelo pregoeiro durante a sessão, importante pontuar que inicialmente, para o primeiro colocado do grupo 01, foi solicitada a apresentação da certificação (o que independentemente não culminou em sua desclassificação, pois a empresa não teve sua proposta aceita por não possuir a capacidade técnica exigida), porém conforme o que será explicado abaixo, tal exigência deve ser entendida e procedida de forma diferente.

Em sua defesa, o recorrente apresenta trecho da Norma - FSC-STD-40-004 V3-1 Cadeia de Custódia BR (disponível em: <https://br.fsc.org/br-pt/certificacao/normas-em-portugues>). Neste documento, é dito a que fim e a quem tal norma se aplica, entre outros detalhes.

Importante destacar que esta exigência não se encontra no item 8 do Anexo I – Termo de Referência, que é o trecho reservado aos critérios de seleção do fornecedor/prestador de serviço, motivo este que, entende-se que a Equipe de Planejamento da Contratação definiu que tal certificação é documento relativo à execução contratual. De forma lógica, tal constatação faz sentido, visto que a empresa gráfica não necessariamente realizará qualquer manejo no produto florestal, adquirindo apenas como produto final o item com selo FSC, podendo então mudar de fornecedor durante o período de execução contratual, o que demandaria nova apresentação de certificação do item caso a contratada assim queira.

Acerca dos pontos acima apresentados, temos como norteador o ACÓRDÃO 1375/2015 – PLENÁRIO do Tribunal de Contas da União, que diz o seguinte:

“19.1. Em primeiro lugar, a especificação técnica que se pretendia com a certificação FSC deveria constar como característica do objeto a ser fornecido, e não como exigência de habilitação da licitante, em conformidade com os arts. 3º e 2º, parágrafo único, do Decreto 7.746/2012, que regulamentou o art. 3º da Lei 8.666/1993. Também o Tribunal já entendeu em diversas assentadas que a exigência de certificação na fase habilitatória é ilegal – Ac. 423/2007, Ac. 492/2011, Ac. 1.612/2008 confirmado pelo Acórdão 1085/2011-TCU-Plenário.”

Não obstante, a empresa vencedora apresentou alguns documentos sobre a responsabilidade ambiental dos bens que produz, sendo eles seu cadastro técnico federal junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o certificado – cadeia de custódia da FSC emitido em nome de seu fornecedor de papéis – SUZANO S.A., que atesta as certificações de padrão FSC-STD-40-003, FSC-STD-40-004, FSC-STD-40-005, FSC-STD-40-007 e FSC-STD-50-001, e declaração apresentando os pontos quanto ao uso de papel certificado. Os 3 documentos encontram-se anexos a esta decisão.

Sendo assim, da leitura do referido acórdão e documentos apresentados é possível compreender que: (1) a certificação deve dizer respeito ao objeto; (2) o momento da exigência não é na fase habilitatória; (3) a empresa está devidamente cadastrada no órgão federal de controle dos recursos naturais; (4) o fornecedor de insumos da empresa já encontra-se devidamente certificado nos padrões ambientais exigidos.

5. Da decisão do Pregoeiro

Isto posto, considerando as análises supra, DECIDO pela IMPROCEDÊNCIA do recurso apresentado pela empresa licitante conforme a legislação aplicável, o Edital de Licitação e suas normas, mantendo-se a decisão do Pregoeiro quanto a habilitação da licitante para o item 16.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

6. Do Encaminhamento

Remeto os autos à Autoridade Superior do Coren-SP, a qual caberá o definitivo Pronunciamento, podendo MANTER a decisão deste Pregoeiro ou REFORMÁ-LA, competindo-lhe a ADJUDICAÇÃO e a HOMOLOGAÇÃO do presente certame.

São Paulo, 14/05/2024

Vinícius Pereira Souza

Pregoeiro

